

HIGIENE BUCO-DENTÁRIA E SAÚDE ESCOLAR: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE SÃO PAULO (1911-1916)

Julia Gaiotti Boaiani
Universidade Estadual Paulista, *Campus Marília*

RESUMO

Neste projeto apresentam-se as etapas para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a higiene buco-dentária nas escolas do estado de São Paulo, entre 1900 e 1930. Dialogando com o crescente interesse da história educação, tem-se como objetivo geral compreender como a higiene buco-dentária foi propagada e efetivada nas instituições escolares paulistas no início do século XX; especificamente, pretende-se mapear a documentação existente sobre o tema, reunir e digitalizar fontes, além de analisar dados sobre a presença de gabinetes dentários nas escolas a partir dos *Annuários do Ensino* e dos *Relatórios dos Delegados de Ensino*. Como recorte cronológico, definiu-se o período entre 1911 e 1916, que corresponde à criação e atuação predominante da Inspetoria Médico-Escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa, será realizado um mapeamento de fontes mediante procedimentos de localização, reunião, recuperação e seleção de documentos e de bibliografia especializada, com destaque para o Arquivo do Estado de São Paulo. Com o desenvolvimento da pesquisa, espera-se analisar as características da educação higienista buco-dentária no período, identificando formas de implementação e os discursos que legitimaram tais práticas no espaço escolar. Pretende-se, desse modo, contribuir para a escrita da história da educação e da saúde escolar no estado de São Paulo e para a constituição de um acervo de pesquisa acessível a estudiosos interessados na temática, por meio da catalogação e da reunião de documentos.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Higiene; Saúde Buco-Dentária

Introdução

O objetivo desta pesquisa é investigar a higiene buco-dentária em um contexto de como foi propagada, efetivada e realizada nas escolas do estado de São Paulo no início do século XX. Segundo Faria Filho (1998), a educação primária era defendida pelos republicanos como meio de fomentar o progresso na República e no meio social, dessa forma produzindo mão de obra para o mercado de trabalho. Os grandes edifícios escolares também eram vistos como marco desse movimento progressista no Brasil que acabara de ser promulgado como República. A escola era concebida como um serviço de modificação cultural. Por refletir a própria sociedade, assumia também a responsabilidade de reproduzir, naquele período, os aspectos sociais, políticos e econômicos que a constituíam.

Tendo em vista esse caráter progressista, grandes monumentos são construídos para abrigar escolas, dessa forma projetando a grandiosidade do que era o movimento da Escola. Bencostta e Braga (2011) dizem que além do estrutural as condições higiênicas foram levadas em consideração no que se diz respeito ao clima, relevo, localização se era ou não próxima de locais tidos como insalubres para estarem próximos a escolas como cemitérios e indústrias. Nessa perspectiva, a higiene e educação se integram com um discurso higienista que segundo Rocha (2003) a educação sanitária tinha como seu

instrumento a higienização da população tendo como objetivo central a formação da consciência sanitária.

Nesse sentido, vem ganhando valor aquilo que Rocha (2003) denomina de *consciência sanitária* que envolve toda a ideia do criar uma cultura com bons hábitos e o progresso cívico.

A formação de novos agentes e a difusão da educação sanitária tornam-se, pois, imperativos, cuja desconsideração contribuiria para transformar a higiene em mero conjunto de prescrições, em relação às quais a população permaneceria impermeável. (ROCHA, 2003, p. 125)

Conforme aponta Rocha (2003), o ensino da higiene era considerado mais eficaz quando direcionado às crianças, em detrimento dos adultos. Tal escolha se justificava pelo fato de estarem imersas em um ambiente institucional capaz de não apenas transmitir normas, mas sobretudo de disciplinar e consolidar hábitos voltados à preservação da saúde individual e coletiva. Como exemplo, Oriani (2021; 2022) destaca que eram disseminadas Cartilhas de Higiene que abordavam temas como higiene das mãos e dos dentes, além de hábitos de asseio pessoal, como tomar banho, cuidados com doenças infecciosas e a importância de ter e manter hábitos saudáveis. A autora afirma:

Sobre as orientações acerca da higiene, tais documentos previam a inspeção médica escolar a partir de exames individuais voltados às crianças de modo a levar em conta aspectos como visão, audição, dentição e faculdades mentais. (Oriani, 2021, p. 5).

Rocha (2003) também traz sobre essas propagandas:

Dispositivos de normatização pedagógica e, ao mesmo tempo, suporte material de práticas escolares, os impressos foram interrogados buscando-se produzir uma inteligibilidade sobre os processos de produção, circulação, imposição e apropriação de um conjunto de saberes, cuja difusão tinha em vista tornar legítimas novas formas de viver a vida cotidiana e, na mesma medida, eliminar os modos e costumes populares, doravante considerados como arcaicos, viciosos e anti-higiênicos. (Rocha, 2003 p.17)

Tendo em vista essa propagação dos ideais higienistas podemos demonstrar como a ciência e a arte caminharam juntas, com objetivo de promover a saúde pública, prevenção de doenças promovendo uma reconfiguração da saúde se inserindo no âmbito escolar. (ROCHA, 2003)

A introdução da odontologia escolar também pode ser compreendida como parte do processo de legitimação da profissão odontológica no Brasil. Ao se inserir no espaço escolar, dentistas, principalmente mulheres, buscavam seu lugar no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que reforçavam o papel da escola como lugar de aplicação de saberes médicos e pedagógicos. Essa aproximação entre ciência, saúde e educação conferia maior robustez ao discurso higienista e ampliava seu alcance sobre a infância.

Apesar da relevância atribuída à saúde buco-dentária, sua efetivação enfrentava inúmeros obstáculos. Muitas escolas não possuíam salas adequadas para instalar gabinetes dentários, e os profissionais responsáveis precisavam se deslocar entre diferentes unidades, o que tornava o atendimento irregular. Essa precariedade revela não apenas os limites materiais da política educacional do período, mas também as tensões entre o discurso higienista e a prática cotidiana.

No ideário republicano, o corpo infantil era entendido como patrimônio da nação, cabendo ao Estado preservá-lo e fortalecê-lo. A ênfase na higiene bucal, portanto, não se limitava ao cuidado com os dentes, mas representava parte de um projeto maior de constituição de cidadãos saudáveis, produtivos e moralmente disciplinados. Nesse sentido, as práticas odontológicas escolares podem ser lidas como uma faceta do projeto de modernização e progresso defendido pelas elites republicanas.

A introdução dos serviços odontológicos nas escolas deve ser compreendida também como parte do processo de centralização do Estado paulista na organização da educação e da saúde pública. Através da inspeção médica e da criação de órgãos específicos, como o Instituto de Inspeção Médica Escolar (IME), buscava-se controlar de maneira sistemática a infância, tanto em sua formação intelectual quanto em seu desenvolvimento físico. Os gabinetes dentários, nesse contexto, representavam a materialização da presença estatal sobre os corpos infantis.

No Anuário de Ensino de São Paulo de 1917 há alguns dados sobre o que eram realizados nesses gabinetes:

Exames estomatológicos: 1.486; remoção de tartaro, 1.409; avulsões dentárias, 8.137; obturações radiculares, 683; extirpações de polpas affectadas, 774; tratamento de fistulas, 63; obturações coronarias, a cimento, 7.240; restaurações coronarias, a cimento, 715; obturações a gutta-percha, 828; tratamento de estomatites 155; curativos de odontalgias, 2.683; abscessos lancetados, 145; polimentos dentarios, 1.470; total das intervenções, 25.788. (São Paulo, 1917, p. 395)

No que se refere às inspeções, Oriani (2021) aponta tratar-se de um serviço instituído de forma burocrática. Nesse contexto, merece destaque o papel desempenhado pelo Instituto de Inspeção Médica Escolar (IME), órgão fundamental para a efetivação dessas práticas tanto na capital quanto no interior do estado. Nessas inspeções eram avaliados alguns aspectos que Oriani (2021) traz sobre a ficha presente no *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo* demonstra que a “inspeção dos fâneros, nariz, narinas, sistema nervoso, boca, dentição, acuidade visual, capacidade respiratória entre outros.” (São Paulo, p. 11).

A Inspeção Médica Escolar é partida a partir da reforma do Código Sanitário do Estado em 1911 e visava nesse enfrentamento de enfermidades da época e buscava levar informações da orientação da situação e construção dos prédios escolares, mobiliário, métodos de ensino, horário escolar, matérias e exercícios físicos são exemplos de aspectos regulamentados, demonstrando que a preocupação ia além do controle das doenças. (ROCHA, 2015).

Tratava-se de uma tentativa de moldar o ambiente escolar de forma integral, relacionando saúde, higiene e aprendizagem. Assim, a inspeção não se restringia a ações médicas, mas também se constituía como um dispositivo de organização pedagógica e disciplinar, buscando alinhar corpo e mente ao ideal de formação cidadã defendido pelo Estado.

Dessa forma podemos destacar uma das áreas descritas que é a dentição, sendo uma ação presente nas escolas em sua grande maioria nos dias de hoje. Sob o período citado a higiene buco-dentária era

realizada por dentistas que deslocavam-se para as escolas que muitas vezes não tinha a estrutura necessária para recebê-los tornando o processo carregado de obstáculos.

Oriani (2021) ressalta a ‘preocupação quanto à má formação dentária’ (p. 19) registrada nos *Annuários*, evidenciando resquícios de um debate presente à época. Tal preocupação ganha relevância ao se considerar que instituições, movimentos escolares e iniciativas políticas passaram a enfatizar a importância de refletir e implementar práticas de higiene bucal.

Como se observa, enveredar pela investigação da inserção da higiene buco-dentária nas escolas paulistas é propor um estudo de relevância, não apenas pela originalidade da temática, mas também por selecionar fontes documentais que evidenciam práticas educacionais e sanitárias no estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Com essas questões, espera-se contribuir para o debate no campo da história da educação, elucidar a origem de percursos relacionados à educação higienista e compreender a formação de políticas e práticas que dialoguem com os cenários atuais da relação entre saúde e educação a partir de seus elementos históricos.

Justificativa

A presente proposta de pesquisa visa aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas sobre como o movimento de introduzir a higiene buco-dentária nas escolas do estado de São Paulo, durante os anos de 1911 a 1916, com foco na investigação de fontes documentais. Este projeto se insere em um contexto de crescente interesse pela história da educação atrelada aos ideais higienistas presentes na época.

A escolha do recorte temporal entre 1911 e 1916 se justifica pela investigação realizada por Vieira de Mello que permite perceber quais foram os limites da atuação da Instrução Médico-Escolar (IME), a qual será a fonte primária crucial para a investigação. A inspeção médica escolar tinha como objetivo enfrentar os problemas de saúde pública partindo da sala de aula, promovendo hábitos saudáveis a fim de diminuir a propagação de doenças infecciosas. Dessa forma, este período oferece uma janela de análise privilegiada para compreender as políticas educacionais vigentes, bem como suas repercussões no estado de São Paulo.

A inspeção buco-dentária é uma das facetas trazidas pelas inspeções médico escolares e sua relevância é trazida enquanto eixo que mobilizou a criação de gabinetes dentários, criados exclusivamente para serviços odontológicos uma vez que necessitavam de espaço físico para tal procedimentos que foram relatados nos *Anuários*.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam significativamente para a escrita da história da educação e sanitária do estado de São Paulo, oferecendo reflexões sobre as características e desafios enfrentados ao longo do período estudado. Além disso, a catalogação e reunião dos documentos relacionados à história da educação sanitária no Estado de São Paulo possibilitará a constituição de um

acervo de pesquisa acessível a estudiosos interessados na temática, promovendo o desenvolvimento de novos estudos e aprofundando o conhecimento sobre a educação regional no contexto brasileiro.

Assim, esta pesquisa não apenas preenche uma lacuna no conhecimento acadêmico sobre a história da educação no Estado São Paulo, mas também contribui para a preservação e divulgação do patrimônio histórico-educacional, fornecendo subsídios para reflexões mais amplas sobre as políticas e práticas educacionais no Brasil.

Objetivos

Objetivo geral

Frente ao que foi apresentado anteriormente, o objetivo geral deste projeto de pesquisa consiste em investigar a higiene buco-dentária em um contexto de como foi propagada e efetivada nas escolas do estado de São Paulo no período de 1911 a 1916.

Objetivos específicos

São objetivos específicos desta pesquisa:

- I. Mapear documentos sobre as escolas e a inserção do sanitarismo com foco na higiene bucal;
- II. Localizar, reunir e digitalizar fontes documentais a respeito educação higienista buco-dentária das escolas do Estado de São Paulo e produzir um instrumento de pesquisa;
- III. Analisar as informações a respeito da presença de gabinetes dentários nas escolas primárias a partir dos Anuários de Ensino e outras fontes documentais;

Procedimentos metodológicos

A pesquisa que se propõe neste projeto é histórica e, portanto, será desenvolvida a partir de procedimentos de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é caracterizada por se realizar através de materiais que já foram publicados, principalmente livros, artigos de periódicos e também material disponibilizado na internet. Seu objetivo é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema proposto. Pelo fato da pesquisa ser histórica, ela utiliza documentos que vão compor o material que será utilizado como fonte da pesquisa (Gil, 1991; Köche, 2011).

Para localizar esses documentos, serão acessados alguns arquivos que contribuirão para a pesquisa. Como exemplo de acervos físicos, podemos citar os acervos presentes nas escolas que ainda possuem documentos de seu passado. Além desses, há também alguns acervos que disponibilizam materiais *online*, assim como o Arquivo do Estado de São Paulo, em que estão arquivados os *Relatórios dos delegados de ensino do Estado de São Paulo*, *Anuários de ensino do estado* e a documentação para ser apurada sobre a Inspeção Médico-Escolar que são documentos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa ora proposta.

O mapeamento das fontes documentais e bibliográficas especializadas será conduzido por meio de procedimentos de localização, reunião, recuperação e seleção de documentos, visando garantir uma base sólida para a leitura e análise dos aspectos que serão cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Oriani (2021), destaca os *Annuários do ensino do estado de São Paulo* como uma reunião de discursos autorizados que conformam uma determinada realidade e cumpriam com o propósito de propagandear os feitos da educação paulista bem como modelar em matéria de educação.

Esses anuários, relatórios e a documentação da Inspeção Médico-Escolar (IME) são as fontes principais da pesquisa que se apresenta. A análise deles será desenvolvida a partir dos pressupostos da nova história cultural e principalmente dos autores que dialogam com o tema em questão, como: Faria Filho (1998), Oriani (2020;2021;2022) e Rocha (2003;2005;2015).

Considerações finais

Esse título exprime a busca por evidências que podem trazer o histórico e a relevância da higiene buco-dentária que foi inserida e propagada no âmbito escolar no início do século XX. O projeto de pesquisa visa compreender como a saúde bucal foi incorporada às políticas educacionais do estado de São Paulo, analisando a articulação entre educação, higiene e inspeção médica escolar. Espera-se que a investigação das fontes documentais, como Anuários do Ensino e principalmente os relatórios da Inspeção Médico-Escolar (IME), revele as estratégias adotadas pelo Estado para promover hábitos de higiene e formar cidadãos disciplinados, saudáveis e conscientes de seu papel social.

A pesquisa buscará fornecer uma base documental e analítica sólida que permita aprofundar o conhecimento sobre a história da educação e da saúde pública no estado de São Paulo, destacando a importância da investigação histórica para compreender a formação de políticas escolares e sanitárias e o papel da escola como espaço de promoção da saúde com seu foco na higiene buco-dentária.

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 01, p. 01, jun. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas.1991.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEVY ALBINO BENCOSTTA, Marcus; BRAGA, Marina Fernandes. **HISTÓRIA E ARQUITETURA ESCOLAR: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910)** HISTORY AND SCHOOL ARCHITECTURE: the

experience of French and Brazilian regulations for school buildings (1880-1910) . Revista Linhas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 51–72, 2011.

ORIANI, A. P. Higiene para as escolas primárias: a produção escrita de Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1922-1939). **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e238999, 2022.

ORIANI, A. P.. Buco-dental orientation and inspection at primary schools of the state of são paulo (1911-1917). **História da Educação**, v. 25, p. e108245, 2021.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROCHA, H. H. P.. **Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 22, n. 2, p. 371–390, abr. 2015.

ROCHA, H. H. P.. **Educação escolar e higienização da infância**. Cadernos CEDES, v. 23, n. 59, p. 39–56, abr. 2003.

SÃO PAULO. **Annuario do ensino do Estado de São Paulo**. Livros Didacticos. São Paulo: Typographia do “Diário official”, 1917.